**MANDADO DE SEGURANÇA — LEGITIMIDADE PASSIVA —
CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

— *Mandado de segurança. Autoridade coatora. Conselho de contribuintes.*

I — Os conselhos de contribuintes fazem parte do chamado “Contencioso Administrativo”, não detendo competência executória do ato coator. Tais órgãos exaurem a esfera administrativa, não retirando, todavia, da autoridade própria, a competência acentuadamente executória, o Delegado da Receita.

II — Não têm legitimidade, portanto, os conselhos de contribuintes para responderem a mandado de segurança.

III — Improvimento do apelo para confirmar a sentença.

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Apelação em Mandado de Segurança nº 108.287

Apelante: Standart Eletrônica S.A.

Apelada: União Federal

Relator: Sr. Ministro PEDRO ACIOLI

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a egrégia Quinta Turma do Tribunal Federal de Recursos, à unanimidade, negar provimento à apelação, ressalvadas as vias ordinárias, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes destes autos e que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Custas, como de lei.

Brasília, 11 de novembro de 1985 (data do julgamento). — *Torreão Braz*, Presidente. *Pedro Acioli*, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Pedro Acioli: Insurge-se Standart Eletrônica S.A. contra *decisum* que deu pela ilegitimidade passiva *ad causam*, em mandado de segurança impetrado contra o 3º Conselho de Contribuintes, apontado como autoridade coatora, e de consequência, executor de atos que lhe ferem direitos líquidos e certos.

Em suas razões de apelo, resume sua fundamentação nos dizeres:

“Que, visto o delegado da Receita ter levado a efeito autuação contra si, interpôs

recurso ao 3º CC, que lhe negou provimento ao recurso. Aí está o ato que, indiscutivelmente torna dito Conselho a autoridade coatora.”

Diz mais, que a teor do art. 5º da Lei nº 1.533/51, “não se dará mandado de segurança quando se tratar de ato que caiba recurso administrativo”. (sic)

Devidamente contra-arrazoado o recurso, subiram os autos a esta instância, deles tendo vista a SGR, com manifestação onde pugna pelo desacolhimento da pretensão da apelante.

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Pedro Acioli (Relator): A questão em comento obteve solução adequada através da r. sentença, que decidiu pela ilegitimidade *ad causam* da apontada autoridade coatora.

Realmente, contra quem se dirige o *mandamus* — 3º Conselho de Contribuintes —, que faz parte do chamado “Contencioso Administrativo” e não detém competência executória de ato coator, e descabida a pretensão. Dito órgão exaure a esfera administrativa, não obstante ao autor o recurso na esfera própria (Judiciário) que lhe assegure a defesa do direito que possa estar em risco.

Em concordar com a r. sentença, têm-se o lúcido parecer da ilustrada Subprocuradoria-Geral da República, que merece transcrever-se:

“Não merece provido o recurso. A matéria *sub examen*, no que diz respeito ao pólo passivo do *writ*, “não constitui novidade perante esse egrégio Tribunal que considerou, em hipótese idêntica, o delegado da Receita Federal e não o Conselho de Contribuintes como autoridade coatora. Nesse sentido, traz-se à colação a seguinte decisão:

‘Mandado de segurança. Autoridade coatora. Delegado da Receita Federal. Decisão do Conselho de Contribuintes.

A decisão do Conselho de Contribuintes é ato deliberativo do chamado contencioso administrativo, que não retira a autoridade própria, de natureza acentuadamente executória, de delegado da Receita Federal.

Assim, é cabível a impetração contra a autoridade executora, seja porque tal execução tem carga própria, seja pela conveniência prática de situar a controvérsia na jurisdição onde estão as fontes de informação sobre o ato, dado que o processo fiscal não permanece em poder do conselho.

Provimento do recurso, para que o MM. Juiz *a quo* aprecie o mérito do pedido’ (AMS nº 82.449-AM — Rel. Min. Wilson Gonçalves, publ. no *DJ* de 6.8.80. p. 5.614).

A r. sentença recorrida, decidindo em harmonia com o precedente colacionado, não merece qualquer reforma.” (fls. 77-8)

O que se conclui é que, dirigido pedido contra ato de quem não tem a legitimidade de responder por ele, não merece guarida dito pedido.

Ressalvada a via ordinária ao impetrante, nega-se provimento ao apelo para confirmar-se a sentença em seu inteiro teor.

É como voto.

EXTRATO DA ATA

AMS nº 108.287-DF (7213387) — Relator: O Sr. Ministro Pedro Acioli. Apte.: Standard Eletrônica S.A. Apda.: União Federal. Advs.: Drs. Tito Lívio Cavalcante de Medeiros e outro.

Decisão: a Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação, ressalvadas as vias ordinárias. (Em 11.11.85 — Quinta Turma).

Os Srs. Ministros Geraldo Sobral e Torreão Braz votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Torreão Braz.